

TEMBÉ

CEDI - P. D. B.
DATA 10 06 86
COD. TED 02 25

TEMBÉ - A AMEAÇA DE EXTINÇÃO DE UM POVO

Conselho Indígena
Curiatá
Cidade de Belém
Pará
Fones: 223.3017 - 226.6177

" Os índios Tenetehara são uma dessas numerosas tribos em processo de assimilação. Representam um dos poucos remanescentes dos muitos milhares de povos tupi-guarani, que se distribuem por extensa área de território brasileiro e vieram a constituir um dos principais fatores indígenas de nossa cultura"

(Tenetehara: Charles Wagley e Eduardo Galvão)

Estudados por Wagley e Galvão na década de quarenta, os Tenetehara se dividiam em dois grupos, conhecidos por Guajajara, no Maranhão, e Tembé, no Pará. Os Tenetehara estão em contato com a civilização branca há mais de trezentos anos, e este contato sempre se traduziu pela violência do branco em relação ao indígena. Ao longo dos séculos, este povo sofreu uma lenta aculturação, mas, até os anos cinquenta, segundo Galvão, ainda se constituíam num grupo cultural definido, falando uma língua própria e obedecendo aos seus costumes ancestrais.

No caso particular dos Tembés, o processo de aculturação e a opressão da sociedade envolvente tornaram-se mais fortes a partir deste século, chegando ao clímax na última década, com a investida de grupos econômicos sobre a reserva, e com a invasão da área por posseiros, incentivados por políticos. O futuro dos Tembés, como povo, está seriamente ameaçado, a menos que tenham suas terras liberadas e mantida sua identidade indígena.

Até a década de quarenta, os Tembés de Guaná viviam na margem esquerda do rio, numa área ainda habitada apenas por índios, e com pouco contato com a civilização branca. A região começava a atrair colonos do nordeste e outros Estados, além de paraenses, mas permanecia intacto o ambiente indígena de uma faixa de terra entre os rios Guaná e Gurupi, onde, além dos Tembés, viviam índios Timbira, Urubu e Guajá. Para preservar o território indígena, o interventor do Pará, coronel Magalhães Barata, criou, a 21 de março de 1945, uma reserva indígena abarcando esta faixa de terra, através do Decreto 307.

Nesta época, o Serviço de Proteção ao Índio criou o Posto Indígena do Guaná, transferindo os Tembés para a outra margem do rio. Ao lado da gradual ocupação das áreas vizinhas por colonos brancos, o próprio SPI serviu para a perda de valores culturais do povo, pela visão etnocentrista de seus administradores, segundo denuncia Wagley e Galvão: " a ineficiência dos administradores locais do SPI, principalmente devido à sua falta de conhecimento da cultura indígena, tende a piorar a situação".

Isidoro, um velho índio Tembés assim se refere à mudança da aldeia: " Foi no tempo do doutor Maia, que tomava conta de nós e mudou a aldeia deste lado do rio. Lá era bem novinho. Era só nós que morava aí. Não tinha mais (brancos). Agora é só eles que

ficou daquele tempo. Nós não conhecíamos Kubê, e o índio não era doente. Quando a mulher morreu, deu muita doença de gripe, sarampo, tosse de curitiba; o pajé não sabia curar e morreu muito índio. Tinha dias que morria dois, três. Era muito índio naquele tempo: índio Tembó, índio Urubu, Timbira. Depois foram embora, quando chegou a doença. Até os índios Tembó foram embora, aqui ficou pouco".

Os outros grupos indígenas que dividiam a área com os Tembó passaram para o outro lado do rio Gurupi. Os Tembó se concentraram na aldeia do "Uaná, a parte em outro Posto Indígena, no Canindé, à margem do Gurupi. O contato com os colonos fizeram com que os índios passassem a assimilar a cultura da sociedade envolvente, e que houvesse ^a uma miscigenação. Apesar de transmitir ensinamentos importantes àqueles brancos que chegaram na área, permitindo-lhes uma melhor adaptação ao novo ambiente, os Tembó acabaram por perder seus próprios traços culturais. Hoje já não falam mais a própria língua, não realizam mais suas cerimônias, esqueceram o canto, a dança, o artesanato. Da miscigenação com o branco adquiriram traços caboclos, e seu único laço de identidade é a vida comunitária e o auto-reconhecimento como índios.

Se a região atraía alguns colonos desde a primeira metade deste século, foi a partir da abertura da Rodovia Belém-São Luiz que as invasões da Reserva Indígena chegaram ao clímax. Na década de setenta, instala-se em uma área vizinha da reserva o fazendeiro Mejer Kabacznike, que apoderou-se de uma faixa ~~xxxxxxx~~ dentro dos limites da reserva, cerca de 1.500 alqueires, onde derrubou a mata e semeou pasto, por avião. Com o exemplo do fazendeiro, cuja invasão não foi detida, os lavradores passam a ocupar mais intensamente as terras da reserva.

Em 1973, a Funai começou a demarcação das terras da reserva, e a linha Oeste foi logo demarcada, mas a linha Leste, por onde o fazendeiro invadia o território indígena, sofreu várias demarcações, e até agora não se tem uma demarcação definitiva. Em 1974, com a autorização da Funai, o fazendeiro Kabacznike constrói uma estrada que atravessa a reserva. Esta estrada serve como porta de entrada para os posseiros, que são atraídos por propostas de políticos, e que permanecem na área, tomando como exemplo a impunidade do fazendeiro.

A ação da Funai nesta década mostra-se inoperante: por diversas ocasiões a 2ª Delegacia Regional do órgão tentou conter as invasões, e chegou a ser feito um acordo entre a Funai, o Incra e o Instituto de Terras do Pará- Iterpa, para que os posseiros fossem desalojados, ~~reassentados~~ sendo reassentados em outra área. Por outro lado, a Funai deu permissão para que a estrada que beneficia um fazendeiro e possibilita a invasão cortasse a área indígena, e, sempre que os próprios índios iniciaram uma tentativa de conter as invasões, queimando roçados e casas dos colonos, o órgão protetor do índio impediu a ação, prometendo tomar providências. No ano passado, os Tembó tentaram destruir a ponte que permite o acesso à estrada de Mejer Kabacznike, e o próprio delegado regional da Funai completou a ameaça dos índios, deixando a ponte inutilizada, mas uma ordem de prisão do órgão fez com que a ponte fosse refeita.

Ao lado dos ~~posseiros~~ e dos grandes fazendeiros- além de Mejer outros fazendeiros invadiram a reserva- grande parte do território indígena é reclamada por grupos econômicos poderosos, contra os quais a Funai tem se mostrado impotente. Através de manipulação de antigos documentos de sesmarias, a empresa Lidapar afirmava ter comprado mais de 300 mil hectares na área, cortando uma grande faixa de terras da reserva. Em 1979, a Lidapar vende estas terras para o Banco Unasa de Investimento e empresa Grupiá. Outros grupos também reivindicam propriedades na área.

Recentemente, a Funai passou a adotar uma nova linha de conduta em relação aos Tembé. Se antes prometia defendê-los, agora passa para um investimento diferente, deixando claro para os índios que não lutará pela reintegração de seu território. A política adotada pela Funai dá a entender que existe um acordo entre os grupos econômicos e os órgãos oficiais, de maneira a que a Funai convença os índios a se contentarem com uma redução drástica em seus limites, deixando a área ocupada por posseiros para o Inera, e as terras ~~reclamadas~~ reclamadas pelas grandes empresas para o Iterpa, que já assinou um protocolo de intenções com estes grupos, no sentido de assegurar-lhes as terras.

Efetivamente, os Tembé, uma comunidade composta por 80 famílias situadas no Posto do Guamá, e outro grupo situado no Posto de Canindé. A principal ameaça contra os Tembé parte dos grupos econômicos, nacionais e internacionais, e dos fazendeiros, uma vez que os posseiros afirmam que só deixam a área se os grandes forem expulsos antes. São cerca de seis mil posseiros, sendo que os roçados já crescem perto da aldeia. Além, a invasão de posseiros também dá a nítida impressão de que eles foram jogados na área como pontas de lança de um processo mais amplo, que acaba por deixar toda a terra para os grupos mais poderosos.

Neste ano, a Funai propôs aos Tembé a divisão da área ocupada atualmente por eles em lotes de 200 hectares, que seriam distribuídos para cada família da comunidade, e titulados pelo Inera. Caso os índios aceitassem a oferta, ficariam com lotes individuais, num total de 16 mil hectares, quando a área toda da reserva é de 356 mil hectares. A aceitação dos lotes também significaria o fim do grupo, enquanto povo, primeiro pela destruição da característica comunitária que ainda os mantém unidos, depois pela própria ameaça da Funai, que deixaria a tutela do grupo depois do loteamento.

A atitude da Funai reflete toda uma política governamental de desenvolvimento e a política indigenista adotada pelo órgão tutelar, que atualmente propõe uma mudança na legislação referente à emancipação do índio, criando a "emancipação ex-officio", que faculta ao órgão determinar quais os índios e comunidades que devem deixar a condição de tutelados, a partir de conceitos originais de "indianidade".

Chega-se a esta conclusão através da atuação da Funai ao longo destes anos, impedindo uma ação efetiva dos índios contra os invasores, e sem utilizar os instrumentos legais que lhe permitem a defesa e a garantia das áreas indígenas. A ação desintegradora da Funai não se faz sentir apenas no povo Tembé, havendo exemplos de povos ameaça-

de Norte a Sul do país. Mas nos Tembé, o longo processo de extinção está chegando ao fim, a menos que a sociedade nacional se mobilize para impedir o extermínio de ~~mais~~ ~~uma~~ ~~extinta~~ povo.

A ameaça que paira sobre os Tembé, se levada a cabo, significará ainda uma ameaça a todos os outros povos, especialmente aqueles situados ao longo da área de interesse do projeto Carajás, que não se limita ao sul do Pará mas desce até São Luiz do Maranhão, pelo chamado "corredor Carajás". A defesa da sobrevivência dos Tembé e dos grupos indígenas ameaçados interessa à própria ~~comunidade~~ sociedade nacional, porque seu extermínio coincide com as graves alterações no meio ambiente provocadas pelos grandes projetos econômicos, que não se destinam às populações locais, mas a interesses ~~quintanacionais~~ internacionais.

Histórico

Processo de extinção

PASTA N.º 24
DOC. N.º 24
1981

As peças básicas do processo de extinção a que vem sendo submetido o povo Tembê podem ser consideradas a partir da década de quarenta, não esquecendo que o contato deste povo com a civilização branca teve início há mais de trezentos anos, ao longo dos quais o grupo indígena assimilou grande parte da cultura da sociedade envolvente.

Em 1945, com a intenção de agrupar e isolar os grupos indígenas que viviam entre os rios Guamá e Gurupi, o então interventor do Pará, Magalhães Barata, criou uma reserva indígena no município de Vizeu, conforme Decreto nº 307, de 21 de março de 1945- (Documento anexo)

Ainda em 1945, o Serviço de Proteção ao Índio fez a transferência da aldeia Tembê na margem esquerda do Guamá para a outra margem. De acordo com os depoimentos dos próprios Tembê, esta mudança acarretou a morte de grande número de índios, devido às doenças que lhes foram transmitidas.

Em 1955, Galvão e Wasley afirmavam que os Tenetehara, grupo ao qual pertence o povo Tembê, mantinham ainda características aborígenas, apesar do processo de aculturação em marcha.

A partir de 1970, a pressão sobre os Tembê se faz sentir com maior violência. Grandes fazendeiros instalam-se em terras limítrofes à reserva, aproveitando da falta de demarcação para apropriar-se de áreas dentro do território indígena. O fazendeiro Mejer Kabacznike é o principal invasor, tendo utilizado 1.500 alqueires em uma faixa que vai do rio Guamá ao igarapé Piriá. Nesta faixa, o fazendeiro derruba a mata e semeia pasto, utilizando-se para isto de avião.

A impunidade dos fazendeiros em apropriarem-se de áreas dentro da reserva serve de incentivo a políticos, que, interessados em votos, convencem os colonos a ocuparem terras dentro da reserva, dando-lhes a garantia de que suas posses seriam mantidas.

A Funai não toma nenhuma providência. Em 1974, o fazendeiro Mejer Kabacznike abre uma estrada para sua fazenda, cortando a reserva por dentro. A 2ª Delegacia da Funai embarga a estrada, mas a presidência do órgão, em Brasília, autoriza a ação do fazendeiro, sob a alegação de que a estrada serviria para transportar máquinas para a propriedade de Kabacznike, e o transporte dos produtos da fazenda. Na verdade a estrada serve para incentivar ainda mais a penetração dos posseiros.

Os Tembê não permanecem passivos diante das invasões, fazendo diversas investidas contra os posseiros, cujos roçados aproximam-se perigosamente da aldeia. Os índios já não têm mais o direito de circular livremente na área da reserva. Alguns se ferem em armadilhas armadas pelos posseiros. Mas as investidas dos índios são paralizadas pela Funai: A comunidade Tembê chega a queimar roçados e casas de colonos, mas a Funai afirma que este é um trabalho para o órgão tutelar. A 2ª DR chega a tentar a retirada dos

posseiros, tendo havido até um acordo entre a Funai, a Inera e o Iterpa, para a retirada e o reassentamento dos posseiros em outras áreas.

Em 1973, a Funai começou a demarcar a área da reserva, tarefa até hoje não concluída. Paralelamente à ação de fazendeiros e posseiros, grandes grupos econômicos demonstram interesse pelas terras Tembé, e a Cidapar apresenta documentos de compra de antigos títulos de sesmarias, reivindicando para si a propriedade de mais de 300 mil hectares, área que abrange grande parte da reserva, entre o Firiá e o Coracy-Paraná.

A Cidapar posteriormente vende estas pretensas propriedades ao Banco Denasa de Investimento, que tem o apoio do Iterpa para a apropriação do terreno. Um documento assinado em agosto pelo Iterpa e Denasa, além de outros grupos interessados na área, com a presença do Governador do Estado, constitui-se em protocolo de intenções, no qual o Iterpa se compromete a regularizar a situação fundiária dos grupos, desde que seja resolvida a situação de posseiros instalados dentro das terras reclamadas. Em nenhum momento o documento fala na reserva Tembé.

Atualmente, estima-se em cerca de seis mil os posseiros instalados dentro da reserva. Estes são tão vítimas quanto os índios, pois fazem o papel de ponta de lança, ocupando o território de maneiras a justificar a retirada dos índios, facilitando a posterior apropriação total por parte dos grandes grupos econômicos.

A ação da Funai fica esclarecida a partir de 1980: em setembro, depois de esperarem por uma solução por parte da Funai, os Tembé decidem destruir a ponte que dá acesso à fazenda de Mejer Kabaczniak. A Funai interveio, e a ponte é derrubada pelo próprio delegado regional do órgão. Uma ordem de Brasília obriga a reconstituição da mesma.

Em agosto deste ano, a Funai propõe uma solução "definitiva" aos Tembé: a distribuição de lotes de 200 hectares para cada família, deixando o resto do terreno para os posseiros e para os grandes grupos. Junto com a proposta, uma ameaça clara: se os Tembé não concordarem, a Funai deixará de se interessar com a sorte do povo. Caso os Tembé concordem, o Inera regularizará os lotes, e os índios deixam a dependência da Funai. No primeiro caso, o órgão tutelar deixaria a comunidade lançada à própria sorte, e o processo de extinção se completa. No segundo caso, aceitando o loteamento de parte de suas terras, a Funai lhes dá a emancipação, e lhes acena com a extinção. Os Tembé vivem desde sempre em comunidade, e a divisão em lotes individuais desintegraria o que lhes resta de unidade.

Paralelamente a isto, a Funai discute com insistência a necessidade de uma alteração na legislação com respeito à emancipação dos grupos indígenas, propondo a "emancipação ex-officio". A área dos Tembé fica duplamente ameaçada, com a elaboração do plano de desenvolvimento do "Corredor Carajás", cuja área de influência abrange a zona bragantina e o território Tembé.